



**Cópia:**

Do despacho proferido nos autos de **Incidente** n.º 1/2019, referente ao **Pedido de Escusa de intervenção** do Venerando Juiz Conselheiro **José Pina Delgado**, nos autos de Fiscalização Abstrata Sucessiva da Constitucionalidade n.º 03/2018, requerida por 27 Deputados à Assembleia Nacional, tendo por objeto algumas normas do acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América relativo ao Estatuto do Pessoal Militar dos Estados Unidos na República de Cabo Verde.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## Gabinete do Presidente

### DESPACHO SOBRE O PEDIDO DE ESCUSA

#### I - Relatório

1.O Venerando Juiz Conselheiro **José Pina Delgado** requereu escusa, pedindo que fosse dispensado de intervir no Processo de Fiscalização Abstrata Sucessiva n.º 03/2018, cujo objeto é a verificação da constitucionalidade dos artigos III (2), IV (2) e XII (2) do Acordo sobre o Estatuto das Forças Americanas, que se encontra publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 47, de 13 de julho de 2018 (doravante designado SOFA-EUA), o qual foi ratificado por Sua Excelência o Presidente da República a 19 de setembro de 2018, tendo entrado em vigor, conforme o Aviso n.º 1/2019, de 13 de fevereiro, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 19, de 21 de fevereiro, p. 374, com base nos seguintes fundamentos:

2. Na perspetiva do requerente, o controle de constitucionalidade do SOFA-EUA, incide, em tese, sobre as seguintes normas:

*“ uma que decorre dos parágrafos XXIII e XXIV da petição inicial e vertida para o número 1 do artigo III do SOFA-EUA no sentido de o pessoal dos Estados Unidos que se encontrar em Cabo Verde “temporariamente (...) em visitas de navios, formações, exercícios, atividades humanitárias e outras atividades mutuamente acordados” – nos termos do seu artigo 1º - gozar de imunidades completas de jurisdição por aplicação da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961 violar a Lei Fundamental, indicando-se o princípio da proporcionalidade e o princípio da igualdade como parâmetros;*

*Uma que decorre dos parágrafos XXIII e XXIV da petição inicial e vertida para o número 2 do artigo III do SOFA-EUA, e que autoriza os Estados Unidos a exercer jurisdição penal sobre o pessoal dos Estados Unidos da América durante a sua permanência no território de Cabo Verde (indicando-se como normas constitucionais violadas os artigos 1, nº1, 3º, nº1, 119 e 120 da CRCV);*

*Uma que decorre do parágrafo XLI da petição inicial e vertida para o número 3 do artigo III do SOFA-EUA, contendo sentido conforme o qual seria aplicável o Código de Justiça Militar dos Estados Unidos a cidadãos cabo-verdianos por infrações cometidas em território nacional, o que violaria os artigos 33, 28, nº2, 38, nº1 b), 38, 2 e 3, da Constituição.*

*Uma que decorre da secção V da petição inicial e vertida para o número 2 do artigo XII do SOFA-EUA, que afetaria o direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva consagrado pelo artigo 22º da Constituição da República na medida em que as reclamações por perdas e danos causados pelo pessoal dos Estados Unidos seriam resolvidas por este país em conformidade com a sua legislação, privando as pessoas lesadas de levarem a sua causa aos tribunais cabo-verdianos;*

*Uma que decorre dos parágrafos XLI da petição inicial e vertida para o número 2 do artigo IV do SOFA-EUA, aparentemente por permitir que o país hospede força militar estrangeira de forma regular e a título permanente, violando a cláusula do número 4 do artigo 11º da Constituição”*

3. A 8 de julho de 2011, muito antes de ter tomado posse como Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional, mediante pedido do então Ministério da Defesa Nacional, apreciou, na qualidade de Consultor remunerado, sob um prisma jurídico-internacional e jurídico-constitucional, um esboço de um acordo que Cabo Verde pretendia celebrar com os Estados Unidos da América;

4. No âmbito do parecer que emitiu, o requerente do presente incidente de pedido de escusa afirma ter opinado sobre as seguintes clausulas:

*“A primeira tem a ver precisamente com o número 1 do artigo III, em que apreciei questão de se saber se a proposta dos Estados Unidos no sentido de se conceder imunidades completas de jurisdição decorrentes de remissão parcial à Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas sem inclusão de possibilidade de renúncia a jurisdição a pedido do Estado*

acreditante, o de receção no caso concreto, violaria ou não normas constitucionais. Destaquei no caso concreto a possibilidade de a fórmula incluída naquela versão do SOFA-EUA ser difícil de compatibilizar com o princípio da igualdade e com o direito subjetivo correspondente a não se ser discriminado ao asseverar textualmente que “Já ao nível constitucional, que devemos privilegiar nesta consulta, nota-se que a concessão de imunidades de jurisdição criminal pode ser particularmente difícil de compatibilizar com o princípio da igualdade e com o direito fundamental à igualdade consagrado no artigo 24º da Constituição” e “que não nos parece que a proposta dos Estados Unidos de concessão de imunidades completas de jurisdição ao seu pessoal para patrulhamento conjunto e outras actividades não numeradas seria proporcional, no sentido de que o sacrifício que se faria ao princípio da igualdade seria compensado por um benefício equivalente ao nível do interesse público em questão. Para além disso, haveria outros meios razoáveis de se o conseguir que não implicasse[m] em tais sacrifícios, que passam evidentemente pelo desenvolvimento de outros meios de atribuição de jurisdição” (p. 6).

E terminou com proposta a respeito de possíveis vias negociais alternativas que podiam ser exploradas para encontrar soluções mais equilibradas que salvaguardassem as preocupações nacionais, o que fez nos seguintes termos:

“Por esses motivos, é da nossa opinião que se devia encontrar outra filosofia na fixação da jurisdição criminal das forças americanas em território nacional, uma que não partisse imediatamente para um modelo radical de jurisdição exclusiva dos Estados Unidos da América. As alternativas teóricas são várias e a prática internacional igualmente. Pode prever-se: a) um cenário ideal (para Cabo Verde) de jurisdição exclusiva da nossa parte, no entanto com possibilidade de renúncia de jurisdição a pedido da parte americana; b) modelos intermédios de distribuição de jurisdição que passam por ter uma jurisdição compartilhada conforme a natureza do crime ou conforme a situação em que foi cometido, por exemplo crimes graves seriam da jurisdição de Cabo Verde e os menos graves dos Estados Unidos ou, o que é mais comum, e já seria uma concessão extraordinária da nossa parte, crimes cometidos em funções oficiais seriam da jurisdição dos Estados Unidos e os que não o fossem, dos tribunais nacionais, com um esquema específico de fixação a desenvolver e outras medidas que se revelarem necessárias” (p. 7).

E uma segunda questão a envolver o atual número 2 do artigo IIIº da proposta dos Estados Unidos da América que aparentemente permitiria às forças norte-americanas exercer

jurisdição militar em território cabo-verdiano sobre os seus próprios militares. O que fez tecendo as seguintes considerações:

*“Infinitamente mais problemática será a proposta dos Estados Unidos de poder exercer jurisdição criminal sobre as suas próprias forças em território nacional já que se trata de situação que poderá levantar problemas de soberania judicial e de aplicação de direitos fundamentais a todos os indivíduos que se encontram dentro do território nacional. Na primeira dimensão, nota-se que o Estado Cabo-Verdiano estaria a renunciar à prerrogativa soberana essencial de fazer a justiça de modo exclusivo em território nacional, permitindo a presença em território nacional de órgãos americanos com poderes para exercer jurisdição criminal, o que pode ser polémico em face do texto e sentido da nossa Lei Fundamental nesta matéria. Segundo, há o problema da aplicação dos direitos fundamentais. É que, de acordo com a nossa Constituição, os direitos, liberdades e garantias são estendidos a todos os estrangeiros ou apátridas que se encontrarem em território nacional. Isto, obviamente, significa que os membros das forças americanas que aqui estiverem também são titulares desses direitos fundamentais clássicos. Ocorre que tais cláusulas ao portar[em] a marca da constitucionalidade não estão sujeita[s] a qualquer efeito revogatório por parte de um tratado que venha a ser adoptado sobre essa matéria. Portanto, este, acaso fosse celebrado, padeceria de incontornável vício de inconstitucionalidade” (p. 8).*

E acrescentou que: *“Há ainda o problema do exercício de poderes jurisdicionais por tribunais militares em território nacional, que muitos já entenderam ser inconstitucional em função da proibição da existência de tribunais com competência exclusiva sobre determinados tipos de crimes. Se tal discussão neste momento não vem ao caso, não deixa de ser um alerta para os casos em que tal tipo de órgão judicial estiver sob controlo de soberanias estrangeiras, e esta questão for associada ao problema da soberania já invocado. Enfim, é do nosso parecer que, até pela estadia intermitente que tais forças dos Estados Unidos teriam em território nacional o mais desejável seria a rejeição dessa possibilidade, sem embargo de, com fulcro nas suas próprias leis, poderem exercer tal jurisdição no seu próprio território por factos cometidos no espaço submetido à nossa soberania” (p. 9).*

O ora requerente teceu algumas considerações a respeito do artigo que foi também desafiado no âmbito destes autos, o atual nº 2 do artigo XIIº do SOFA-EUA, de forma mais sintética, referindo-se simplesmente que

*“outra proposta é de se deferir à lei dos Estados Unidos qualquer demanda que surgir envolvendo terceiros, designadamente particulares cabo-verdianos, o que poderá ser complexo no quadro de se garantir uma tutela efectiva de direitos e interesses legítimos de pessoas nesse contexto. Apesar de se poder argumentar que o Estado possui imunidades de jurisdição que impedem que seja submetido a órgãos judiciais internos de outro por aplicação do princípio do par in parem non habet iudicium o facto é que o entendimento a respeito da extensão das imunidades de jurisdição não é unânime, pois há Estados, como o nosso aliás, que não aceitam a posição dos Estados Unidos e de outros países anglo-saxónicos de que existem imunidades completas de jurisdição do Estado no Direito Internacional costumeiro, não a aceitando em relação a act[a] iure gestiones. Logo, o afastamento da jurisdição dos nossos tribunais neste caso, apesar de poder ser aceitável, deverá ser bem ponderado (pp. 7-8).”*

O peticionário assevera que em relação a “possível aplicação do Código de Justiça Militar dos Estados Unidos a cidadãos nacionais por crimes cometidos em território nacional, a eventual violação da cláusula da proibição da instalação de bases militares estrangeiras, as cláusulas de imunidades jurisdicionais de titulares de cargos políticos, pura e simplesmente não há referência no parecer de 2011.”

5. O Venerando Juiz Conselheiro José Pina Delgado chama a atenção para o facto de ter sido referido em algumas peças jornalísticas da imprensa que a circunstância de ter sido autor do mencionado parecer poderia colocar reservas sobre a sua imparcialidade, caso a questão fosse suscitada junto do Tribunal Constitucional, tendo, designadamente em conta que esse parecer foi tornado público e integralmente reproduzido na página eletrónica de um dos principais semanários deste país (v. na página do jornal *A Nação*: <https://anacao.cv/wp-content/uploads/2018/07/SOFA-Memorando-SOFA-CV-EUA-MDN.pdf>), assim como nas seguintes peças jornalísticas:

“O PR deve estar na posse de um parecer, emitido em 2011, pelo **consultor José Pina Delgado** sobre o SOFA, a pedido do então ministro da Defesa, Jorge Tolentino” – *Daniel Almeida: “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação n.º 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A2;*

“Essas reservas, em matéria de constitucionalidade do SOFA, são manifestadas no parecer do **consultor Pina Delgado, atual juiz do Tribunal Constitucional** e professor de Direito e

estudos internacionais do ISCJS, (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação, nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“Para **Pina Delgado**, a nível constitucional, a concessão de imunidades de jurisdição criminal “pode ser particularmente difícil de compatibilizar com o princípio da igualdade (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“O **consultor** questiona se a proposta dos EUA de concessão de imunidades completas de jurisdição ao seu pessoal de patrulhamento-conjunto (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, A3.*

“**Pina Delgado** considera que se deveria encontrar outra filosofia na fixação da jurisdição criminal das Forças americanas em território nacional (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“**Para o jurista**, a proposta dos EUA para o exercício de poderes jurisdicionais em território nacional será “infinitamente mais problemática (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“Outro problema na ótica de **Pina Delgado**, prende-se com a aplicação dos direitos fundamentais, relacionados com as liberdades e garantias, que, de acordo com a Constituição, são estendidos a todos os estrangeiros ou apátridas (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“No que concerne ao uso do uniforme, **o jurista** não se opõe à sua utilização, desde que se submeta a um... Mas, no que respeita ao direito de porte de armas, **Pina Delgado** diz que é preciso definir o que é “official duty” e criar (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação nº 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“**O jurista** defende, igualmente, a título de precaução, a possibilidade de Cabo Verde, a qualquer momento, poder vetar a entrada e impor a saída de determinados membros da lista (...)” - *Daniel Almeida, “Acordo entre Cabo Verde e EUA pode violar a Constituição”, A Nação n° 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A3.*

“Ainda por cima, a acreditar em **José Pina Delgado**, quando em jogo estão vários interesses de Cabo Verde, a começar pela sua Soberania” - *Daniel Almeida, “Briga com Donald Trump”, A Nação n° 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A4.*

“Aliás, sabe o A NAÇÃO, que por causa do **parecer desse jurista**, hoje o Tribunal Constitucional, o Governo anterior tratou de rever vários aspetos do documento inicial (...)” - *Daniel Almeida, “Briga com Donald Trump”, A Nação n° 526, 28 de setembro a 4 de outubro de 2017, p. A4.*

“Para já, um dos três juizes do Tribunal Constitucional, **José Manuel Pina Delgado**, já tem a sua opinião formada sobre SOFA. Em 2011, por solicitação do Governo, aquele que é hoje juiz conselheiro do TC produziu (...)” - *Daniel Almeida e José Vicente Lopes, “Governo entrega Soberania de Cabo Verde aos EUA”, A Nação n° 566, 05 a 11 de julho de 2018, p. A5.*

“Mas, para já ao que tudo indica, **Pina Delgado** está impedido de participar no julgamento desse processo (...) Neste caso, **esse magistrado** será substituído pela (...)” - *Daniel Almeida e José Vicente Lopes, “Governo entrega Soberania de Cabo Verde aos EUA”, A Nação n° 566, 05 a 11 de julho de 2018, p. A5.*

“À partida, **Pina Delgado** não pode ser juiz-relator do caso, e a confirmar-se, a decisão terá de ser tomada pelos dois restantes juizes (...)” - *Daniel Almeida e José Vicente Lopes, “Governo entrega Soberania de Cabo Verde aos EUA”, A Nação n° 566, 05 a 11 de julho de 2018, p. A5.*

Como se sabe, o **juiz José Pina Delgado** está impedido de participar no julgamento do referido processo, caso o PR decida suscitar a constitucionalidade de algumas normas do SOFA, (...)” - *Daniel Almeida, “Sem Juizes Substitutos Tribunal Constitucional à beira de um bloqueio”, A Nação n° 570, 2 a 8 de agosto de 2018, p. A3.*

“O Tribunal Constitucional que está há oito meses sem juízes substitutos, precisa que a normalidade seja reposta, com maior brevidade possível, para evitar situações de bloqueio por causa de eventuais situações de impedimento de alguns juízes efetivos. O SOFA (“Status of Forces Agreement”) é um dos processos à espera da resolução desse problema, tendo em conta o impedimento do **juiz Pina Delgado**” - *Daniel Almeida, “Tribunal Constitucional sem Juízes para Apreciar SOFA”, A Nação, nº 599, 21 a 27 de fevereiro de 2019, p. A 2.*

“Entretanto esta situação de juízes-substitutos já constitui um fator de bloqueio, pelo menos no caso do SOFA. Pelo facto de ter emitido um parecer sobre esse Acordo Militar entre os governos de Cabo Verde e dos Estados Unidos da América, como jurista, **José Pina Delgado**, agora juiz do TC, fica impedido de participar do julgamento dos pedidos de fiscalização abstrata e sucessiva desse acordo” - *Daniel Almeida, “Tribunal Constitucional sem Juízes para Apreciar SOFA”, A Nação, nº 599, 21 a 27 de fevereiro de 2019, p. A 3.*

Numa edição do programa ‘Espaço Público’ de balanço do ano de 2018 (‘Acontecimentos que marcaram 2018’), disponível em [http://www.rcv.cv/index.php?paginas=9&id\\_cod=9268](http://www.rcv.cv/index.php?paginas=9&id_cod=9268), moderada pelo jornalista Carlos Santos e contando com a participação de João de Deus Carvalho, Avelino Bonifácio e Daniel Almeida, este último, a respeito do julgamento da constitucionalidade do SOFA, dizia que *“falta definir uma questão prévia (...), é o Juiz Conselheiro que é o **Pina Delgado** pode ou não participar desse julgamento tendo em conta ter emitido um parecer (...). Caso se decidir que ele não pode participar no processo, o processo irá ficar para as calendas gregas porque neste momento o Tribunal Constitucional não tem juízes substitutos (...) fica numa situação de bloqueio”* (22-23’).

O mesmo ocorrendo naqueles promovidos pela televisão pública a respeito desta questão de interesse nacional, nomeadamente:

Quando de forma extensa no *Jornal da Noite de 1 de julho de 2018*, com a participação dos Deputados à Assembleia Nacional, Orlando Dias (MPD), José Sanches (PAICV) e João Santos Luís (UCID), com a moderação do Jornalista Marco Rocha, este introduziu o debate dizendo que *“em 2011 foi encomendado **um parecer jurídico** a um consultor onde ele enumera algumas situações em que dizia que colidiam com a Justiça”*.

Na sua oportunidade o Deputado José Sanches afirmou que *“O nosso voto abstenção tem a ver com o que disse no início em que **havia um parecer ... Houve um parecer** penso em 2011,*



*2010, que dizia claramente que este acordo punha em causa, feria alguns artigos da Constituição da República e que punha em causa a soberania penal de Cabo Verde, pelo que pondo em causa qualquer preceito constitucional, é natural que o PAICV (...) decidiu não levar avante qualquer acordo que ferisse a Constituição da República. O parecer que tivemos em 2011 de alguém que é agora juiz do Tribunal Constitucional, portanto parte-se do princípio de [ter] grande conhecimento na matéria e na área.”*

Depois do Jornalista Marco Rocha ter feito uma interjeição no sentido de que “*falámos do Pina Delgado*”, o Deputado completou o seu raciocínio asseverando que “*Falámos do Professor Pina Delgado que tem lecionado disciplinas de Direito Internacional no Instituto Superior de Educação [por lapso, quando pretendia referir-se ao Instituto Superior de Ciências Jurídicas e Sociais], passando a publicidade. O Professor Pina Delgado não precisa de publicidade aqui em Cabo Verde. O parecer que ele deu na altura indicava que alguns artigos feriam a Constituição.*”

*Mais tarde, embora sem qualquer referência ao meu nome, no Jornal da Noite de 23 de setembro de 2018, com a presença de Ludgero Correia e Cristina Fontes Lima nos comentários e o Jornalista Marco Rocha na moderação do segmento, o primeiro aludiu ao facto de “termos um problema com o Tribunal Constitucional (...) está com sérios problemas de constituir uma mesa para decidir”, eventualmente referindo-se ao facto de eu ter emitido um parecer e não poder participar nas deliberações sobre o caso num cenário em que como tinha noticiado dias antes o jornal A Nação a Corte Constitucional já não tem juízes substitutos a exercer funções.*

6. Conforme o requerimento em apreço, muitos dos subscritores do pedido de fiscalização de constitucionalidade das referidas normas do SOFA-EUA, referindo ao aludido parecer, têm afirmado que o acordo não foi assinado pelo anterior governo porque, com as características que apresentava em 2011, havia dúvidas quanto à sua conformidade com o Texto Constitucional:

*“Foi o que aconteceu com a intervenção feita pelos próprios requerentes, todos deputados do PAICV, que através da sua líder parlamentar até então e Presidente do Partido, Dra. Janira Hopffer Almada, pareceu confirmar que o parecer foi uma razão para não ter acontecido a celebração do protocolo em 2011 ou em todo o caso nos anos seguintes, ao sustentar numa entrevista no Programa Discurso Direto, edição de 1 de outubro de 2018, disponível em*

[http://www.rcv.cv/index.php?paginas=9&id\\_cod=7987](http://www.rcv.cv/index.php?paginas=9&id_cod=7987), respondendo a questão do jornalista em termos de que “o Tribunal tem três juízes, não tem suplentes. **Há um que tinha emitido um parecer** (...). Entretanto intervindo a convidada, dizendo: “Parecer este que é do conhecimento seja do Presidente da República, seja do Primeiro Ministro (...)”. O jornalista, entretanto, conclui da seguinte forma: “**Pois, pois, aí ele estaria fora desse processo**”. Na sua resposta a Presidente do PAICV arrazoa que “eu não poderei pronunciar-me sobre isso, como deve imaginar. Não me pronuncio sobre ele estar ou não estar dentro deste processo. O que eu posso dizer é que **o parecer foi muito claro**, muito concreto relativamente às dúvidas que nós tínhamos no Governo relativamente a esses dois artigos **e também por isso o acordo não foi assinado na altura**. O Primeiro Ministro teve conhecimento desse parecer porque foi alertado diretamente por mim antes da sua assinatura num encontro que pude ter como ele no dia 17 de setembro, salvo erro de 2017, antes da sua ida aos Estados Unidos da América para a respetiva assinatura” (34:10-35:03).”Ao proferir declaração reproduzida pela imprensa na sequência de peça produzida pela agência de notícias INFORPRESS, ‘PAICV entrega no Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização sucessiva do acordo SOFA’, 22 de outubro de 2018, disponível em <http://www.inforpress.publ.cv/constitucional-do-pedido-de-fiscalizacao-sucessiva-do-acordo-sofa/>, conforme a qual o Governo sustentado pelo seu partido “não o assinou porque tinha parecer de um reputado jurista que confirmava a perspectiva de inconstitucionalidade de algumas normas.”

7. Além dos factos constantes do seu requerimento, sendo os mais relevantes os que se encontram reproduzidos neste relatório, apresentou sólida argumentação jurídica em como não se considera impedido.

## II - Fundamentação

Está claro que o Venerando Juiz Conselheiro José Pina Delgado não se considera impedido de intervir no processo de fiscalização abstrata sucessiva de constitucionalidade n.º 3/2019, pelo facto de ter emitido o parecer a que se refere o parágrafo 3.º do relatório deste despacho. Tendo, no entanto, fundamentado o seu pedido de escusa alegando factos que hipoteticamente poderiam conduzir tanto ao impedido como à escusa, não se pode apreciar o presente incidente, abstraindo-se do contexto em que o mesmo se insere. Por outro lado, não se compreenderia que a análise do pedido não fosse precedida da discussão sobre aplicabilidade das normas processuais civis sobre a garantia da imparcialidade aos Juízes do Tribunal

Constitucional quando apreciam os processos de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade.

8. A independência dos Tribunais, a começar pela Corte à qual compete, especificamente, administrar a Justiça em matérias de natureza jurídico-constitucional, constitui um dos princípios fundamentais da Administração da Justiça, mas o específico regime de garantia da imparcialidade não se encontra previsto na Constituição da República.

Com efeito, o disposto no n.º 6 do artigo 215.º da Lei fundamental da República de Cabo Verde, estatui que os Juízes do Tribunal Constitucional gozam das garantias e estão sujeitos às incompatibilidades dos demais juízes.

A Lei n.º 56/VI/2005, de 28 de fevereiro, que estabelece a competência, a organização e o funcionamento do Tribunal Constitucional, o estatuto dos seus juízes e os processos da sua jurisdição, que podia regular esta matéria, não o fez.

Por conseguinte, uma eventual solução normativa poder-se-á encontrar no âmbito do Código de Processo Civil, enquanto legislação subsidiária, tendo em conta o disposto no artigo 50.º da lei sobre o Tribunal Constitucional, ao estabelecer que: *“Na falta de disposição especial, são aplicáveis aos processos regulados na presente lei a disposições do Código de Processo Civil.”*

Sobre a aplicação subsidiária de normativos processuais civis, esta Corte, em sucessivos arestos proferidos, designadamente, em autos de recurso de amparo, tem considerado que o legislador, ciente da quase completude da regulação processual civil, aliás, paradigmática, no nosso ordenamento jurídico, seguindo a tendência dos demais direitos adjetivos, amiúde, remete para a sua aplicação subsidiária, sempre que essa lei se mostrar insuficiente ou lacunosa. Contudo, esse processo não é nem automático nem completo e muito menos incondicionado. Ademais, na remissão deve-se levar em devida conta, a natureza do processo, os princípios que lhe são inerentes e os princípios gerais do direito. Portanto, há que manter a coerência entre a regulação do Código de Processo Civil e a essência do processo constitucional, cabendo ao Tribunal Constitucional fazer essa arbitragem. Por conseguinte, primeiro, a aplicação do Código de Processo Civil depende de uma triangulação com esse outro diploma. Se não houver disposição especial da Lei do Tribunal Constitucional pode-se recorrer ao Código de Processo Civil, desde que as normas processuais civis possam ser

consideradas pertinentes e se mostrem compatíveis com a natureza das questões constitucionais suscitadas. Veja-se, neste sentido, os seguintes acórdãos: n.º 6/2017, de 21 de abril, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 27, 16 de maio de 2017; n.º 7/2019, 31 de dezembro, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 28, de março de 2019; e n.º 16/2019, de 26 de março, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 46, de 24 de abril de 2019.

9. Importa, pois, verificar se o caso de impedimento previsto na alínea c) do artigo 115.º do Código de Processo Civil (CPC), segundo o qual: “Nenhum Juiz *pode exercer funções ou intervir em processo quando haja que decidir questão sobre que tenha dado parecer ou se tenha pronunciado, ainda que oralmente,*” pode ser oposto ao requerente, pelo facto de ter emitido aquele parecer.

Os impedimentos previstos no CPC destinam-se a reforçar a independência dos Tribunais e assegurar a imparcialidade dos Juízes em processos de partes, como, em regra, são os processos civis.

Portanto, em processo de parte, quem decide deve estar em condições de o fazer com independência, objetividade e imparcialidade, para que possa transmitir confiança e credibilidade aos cidadãos.

A fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade e da legalidade, tendo por objeto a verificação da conformidade de normas e resoluções de conteúdo material normativo ou individual e concreto com a Constituição e com outras fontes normativas que lhes servem de parâmetro de validade, independentemente do tempo e da aplicação a um caso concreto, efetiva-se, naturalmente, no âmbito de processo objetivo, ou seja, sem partes.

Nesse tipo de processo, o Tribunal Constitucional verifica se uma determinada norma viola as normas ou princípios constitucionais nela consignados e as remove definitivamente do ordenamento Jurídico.

Pois, a validade dos atos do Estado, do poder local e dos entes públicos em geral depende da sua conformidade com o disposto na Lei Fundamental, conforme se proclama nos termos do n.º 3 do artigo 3.º da Lei Mãe. Assim postula o princípio da constitucionalidade.

A Constituição atribui ao Tribunal Constitucional o poder para declarar a inconstitucionalidade de normas desconformes com os seus princípios, conferindo-lhe a

necessária garantia jurídica, assegurando-lhe a supremacia normativa.

A natureza objetiva da fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade está bem patente na norma do artigo 59.º da Lei do Tribunal Constitucional quando apenas admite a desistência do pedido nos processos de fiscalização preventiva da constitucionalidade, não o permitido em sede de controle abstrato sucessivo. Fica patente que nesse tipo de processo não há partes, não há conflito de interesses entre as partes. A entidade que requer o controle de constitucionalidade não é opositora do autor da norma, razão pela qual não se pode desistir do pedido. Significa que uma vez suscitada uma questão de constitucionalidade, o interesse público no esclarecimento da situação normativa mantém-se até ao desfecho do processo, independentemente da posição de quem venha a suceder o requerente.

Pois, o interesse público prevalente é que a norma seja apreciada e, caso se conclua pela inconstitucionalidade, seja declarada inconstitucional e, definitivamente, removida do ordenamento Jurídico.

Por conseguinte, a legitimidade para requerer a declaração de inconstitucionalidade e de ilegalidade não supõe qualquer interesse pessoal na questão, mas sim a titularidade de determinados cargos.

No âmbito da fiscalização abstrata e sucessiva da constitucionalidade, a legitimidade depende, essencialmente, de dois fatores: primeiro, a titularidade dos cargos particularmente vocacionados para a defesa e garantia do princípio da constitucionalidade e da legalidade democrática (Presidente República, Presidente da Assembleia Nacional, Primeiro-Ministro, Provedor de Justiça e Procurador-geral da República); segundo, a titularidade atribuída a um grupo de, pelo menos, 15 Deputados à Assembleia Nacional, para que seja efetiva a proteção das minorias parlamentares e se reforce o direito de oposição.

É lógico que num processo sem partes não se pode opor ao juiz impedimento que se baseia em razões indo-processuais típicas de processos concebidos para dirimir conflitos de partes.

Na fiscalização abstrata sucessiva o juiz está apenas comprometido com a Constituição.

Veja-se, nesse sentido, a literatura especializada, nomeadamente, “La Recusación de los Magistrados del Tribunal Constitucional (Comentário al ATC 26/2007, de 5 de febrero)”, *Revista Española de Derecho Constitucional*, n. 82, 2008, pp. 347-393”

10. Incompatibilidade do disposto no segmento da alínea c) do artigo 151.º do CPC “quando haja que decidir sobre questão que tenha dado parecer ou se tenha pronunciado, ainda que oralmente”, com a natureza do processo de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade e o procedimento para a eleição dos Juízes do Tribunal Constitucional.

O Tribunal Constitucional é um tribunal especial. Desde logo porque a sua função primordial, o controlo da constitucionalidade de normas, tendo como parâmetro, princípios e normas constitucionais, confere aos seus Juízes a responsabilidade indeclinável de mediação e densificação de conteúdos prescritivos cujo influxo conformador da ordem jurídica é de extrema importância.

Os Juízes do Tribunal Constitucional são juízes de normas, por natureza, muito mais complexas que as regras jurídicas.

Uma outra especialidade do Tribunal Constitucional, que o diferencia dos tribunais comuns, é que, no exercício da sua função nuclear, as suas decisões, no âmbito da fiscalização abstrata, nomeadamente a abstrata sucessiva, incidem sobre questões que, sendo jurídico-constitucionais, não deixam de ter uma forte densidade política e com impacto direto nas áreas de intervenção de outros órgãos de soberania, designadamente daqueles que têm funções legislativas, pelo facto de poder proferir declarações de inconstitucionalidade, com efeitos gerais e obrigatórios, que se traduz no afastamento definitivo da norma viciada da ordem jurídica. Isto significa que uma decisão do Tribunal Constitucional com essa natureza sobrepõe-se a um ato legislativo praticado por uma maioria democraticamente legitimada, invalidando-a.

No limite, podemos afirmar que o Tribunal Constitucional atua à semelhança de um “legislador negativo”, tal como entendeu Hans Kelsen em inícios do século passado.

Os Juízes do Tribunal Constitucional são eleitos mediante um procedimento específico, democrático e transparente.

Na verdade, os juízes do Tribunal Constitucional são eleitos pela Assembleia Nacional de entre personalidades de reputado mérito e competência e de reconhecida probidade, com formação superior em Direito, conforme preceitua o n.º 3 do artigo 215.º da Constituição.

A sua eleição requer uma votação por uma maioria de dois terços dos Deputados presentes,

desde que superior à maioria absoluta dos membros em efetividade de funções, precedida de audição parlamentar em comissão especializada, atento o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 181.º da CRCV.

*“As candidaturas, devidamente instruídas com os elementos de prova da elegibilidade dos candidatos e respetivas declarações de aceitação de candidatura, são apresentadas por lista uninominal subscrita por um mínimo de cinco e um máximo de dez deputados perante o Presidente da Assembleia Nacional, até ao termo da sessão plenária ordinária anterior àquela em que deva ocorrer a eleição. As candidaturas são processadas e votadas nos termos estabelecidos no Regimento da Assembleia Nacional. Consideram-se eleitos os candidatos que obtiverem o voto de dois terços dos deputados presentes, desde que superior à maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções, nos termos do artigo 21.º da Lei do Tribunal Constitucional.*

Após a audição dos candidatos pela Comissão Especializada da Assembleia Nacional, esta apresenta o respetivo relatório ao Presidente da Assembleia Nacional, contendo a síntese da audição e a posição da Comissão relativamente à adequação da candidatura ao cargo em questão.

As candidaturas para o cargo de Juiz do Tribunal Constitucional não são autopromovidas. Elas são apresentadas por lista nominal subscrita por um mínimo de cinco e um máximo de dez deputados.

Para a subscrição dessa lista é necessário antes de mais que os deputados conheçam a sensibilidade dos candidatos sobre assuntos do mundo jurídico, em geral, e particularmente sobre as questões constitucionais.

A realização da audição pela comissão especializada visa obter o melhor conhecimento possível dos candidatos, atestando o seu reputado mérito, competência e probidade. E isto é possível através da oportunidade que cada membro da comissão tem de perguntar aos candidatos tudo que se lhe afigurar relevante sobre uma panóplia de assuntos da vida do Estado, com particular enfoque sobre questões do mundo jurídico. Durante a audição é expectável que se façam perguntas sobre a justiça constitucional, sobre o sistema de controle de constitucionalidade, sobre a posição ou sensibilidade dos candidatos em relação a temas constitucionais presentes e futuros.

As implicações constitucionais de uma eventual aprovação de um acordo sobre os estatutos dos militares americanos em Cabo Verde podiam ter sido perguntadas aos então candidatos e ora Juízes do Tribunal Constitucional.

Sendo as perguntas mecanismos que permitam conhecer o perfil do candidato e aferir da sua adequação ao cargo e as respostas o meio de os candidatos demonstrarem os seus conhecimentos e sensibilidade para as questões constitucionais, estes não podem furtar-se à resposta, sob pena de não poderem ser eleitos.

Tendo em conta o formato que se adotou para a eleição dos Juízes do Tribunal Constitucional seria absolutamente inconcebível impedir um Juiz do Tribunal Constitucional de intervir num processo de fiscalização abstrata sucessiva de constitucionalidade por ter tido pronunciamento sobre uma matéria sobre a qual incide o controle de constitucionalidade em sede de fiscalização abstrata sucessiva. Seria dispensar a intervenção de Juízes em processos onde a sua experiência, fruto de pesquisas e reflexões em áreas da sua especialidade, melhor contributo poderia aportar para a consolidação da jurisprudência.

Admitir que os Juízes do Tribunal Constitucional pudessem ser desqualificados pelo facto de terem tido pronunciamentos anteriores sobre matérias objeto de controle de constitucionalidade de cariz objetivo poderia afetar ilegítimamente certas posições jurídicas subjetivas fundamentais, designadamente a liberdade de exercício de profissão (artigo 42.º, n.º 1), a liberdade de ensinar (artigo 50.º, n.º 1) e a igualdade de acesso a cargo público (artigo 56.º, n.º 2), pelo condicionamento que decorreria desse impedimento.

Por último, se o impedimento a que se refere a norma da alínea c) do artigo 15.º fosse aplicável aos Juízes do Tribunal Constitucional com o sentido que normalmente se lhe atribui em processo civil, seria impossível decidir as reclamações e outros incidentes pós-decisórios como nos *Acórdãos n.º 9/2018, de 3 de maio, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 35, 6 de junho de 2018*; *n.º 10/2019, de 14 de fevereiro de 2019, publicado no Boletim Oficial, I Série, n.º 29, de 14 de março de 2019*; e *n.º 19/2019, publicados no Boletim Oficial, I Série, n.º 46, de 24 de abril de 2019*.

Os processos de fiscalização de constitucionalidade que resultassem da aplicação do disposto no n.º 3 do artigo 25.º da Lei do Amparo, segundo o qual é dever do Tribunal Constitucional remeter a Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República os autos do recurso de



amparo, quando se reconheça que o ato ou omissão objeto do recurso de amparo foram praticados por determinação ou em cumprimento de uma norma jurídica ou de uma resolução de conteúdo material normativo ou individual e concreto inconstitucional ou ilegal, como tem acontecido nos seguintes casos:

Acórdãos n.º 10/2018, de 3 de maio, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n. 35, de 6 de junho de 2018, pp. 869-884, n.º 22/2018, de 11 de outubro, *Boletim Oficial*, I Série, n.º 76, de 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/; n.º 24/2018, de 13 de novembro, *Boletim Oficial*, I Série, n.º 88, de 28 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835/; e n.º 27/2018, de 20 de dezembro, *Boletim Oficial*, I Série, n.º 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178.

Significa que, se porventura, derem entrada por força de pedido subscrito pelo Procurador-geral da República, o Tribunal não poderia apreciá-los porque, de certa forma, os seus Juízes teriam já “pronunciado” sobre a questão de constitucionalidade.

11. Um outro argumento relevante para afastar a hipótese de aplicação do impedimento previsto na alínea c) do artigo 151.º do CPC ao requerente pelo facto de ter emitido aquele parecer é a falta de identidade entre as questões objeto do parecer e as constantes do requerimento em que se pede a declaração de inconstitucionalidade de certas normas do SOFA-EUA.

Conforme o requerente, no processo de fiscalização de constitucionalidade n.º 3/2018, os requerentes pedem a declaração de inconstitucionalidade de normas com *o seguinte teor*:

a) “*A concessão de imunidades completas de jurisdição ao pessoal dos Estados Unidos de América para patrulhamento conjunto e outras atividades não numeradas se afigura absolutamente desproporcional ante os fins em vista; na verdade, o sacrifício consentido ao princípio da igualdade não se mostra compensado por um benefício equivalente ao nível do interesse público em questão e, por outro lado, não escasseiam outros meios razoáveis de prosseguir o mesmo fim que não impliquem tais sacrifícios, v.g. a partilha de jurisdição; portanto, evidente é a desconformidade da norma n.º 2 do Artigo III do SOFA com o disposto no artigo 24.º da Constituição da República*”;

b) “*Portanto, o artigo 214º da Constituição da República elenca os tribunais que existem ou podem existir, sem qualquer menção de tribunais internacionais, e proíbe a existência de*

*tribunais com competência exclusiva para o julgamento de determinadas categorias de crimes; donde, a norma do nº 2 do artigo III do SOFA, autorizando os Estados Unidos a exercer jurisdição penal sobre o pessoal dos Estados Unidos durante a sua permanência no território da República de Cabo Verde viola o disposto nos artigos 1º, nº 1, 3º, nº 1, 119º e 210º da Constituição da República”;*

*c) “O Artigo III, nº 3, do SOFA, ao prever a possibilidade de aplicação do Código Uniforme de Justiça Militar dos Estados Unidos a cidadãos cabo-verdianos implicados em processos penais relativos a infrações cometidas em território Nacional, viola o disposto nos artigos 33º, 28º nº 2, 38.º nº 1, al. b), 38.º nº 2 e 3, da Constituição da República”;*

*d) “Ora, em face aos dispositivos ex post, manifesto se torna que a norma do Artigo III, nº 2, do SOFA viola o consignado nos artigos 132º, 170º[,] 199º da Constituição da República”, todos literalmente a preverem imunidades de jurisdição para titulares de cargos políticos, máxime para o Presidente da República, deputados à Assembleia Nacional e membros do Governo”;*

*e) “De acordo com o SOFA, as reclamações de terceiros por danos ou perdas, incluindo danos corporais ou morte, causados pelo pessoal dos Estados Unidos são resolvidas pelos Estados Unidos em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no território dos Estados Unidos da América (nomeadamente, o Foreign Claims Act e o Victims' Rights and Restitution Act) (Cfr. artigo XII, n.º 2, idem); (...). Por isso, a norma do Artigo XII, n.º 2 do SOFA viola o direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva, consagrado no artigo 22º da Constituição da República”;*

*f) “Estabelece o artigo IV, nº 2[,] do SOFA: “O pessoal dos Estados Unidos tem liberdade de movimentos e de acesso e uso de meios de transporte e de instalações de armazenagem, de treino e outras, mutuamente acordados e necessários no âmbito das atividades desenvolvidas ao abrigo do presente Acordo. Sucede que, de acordo com a Constituição da República, o Estado de Cabo Verde recusa a instalação de bases militares estrangeiras no seu território (cfr. artigo 11º, n.º 4). Apesar de não haver consenso acerca do conceito de base militar, é evidente que a Constituição afasta expressamente a possibilidade de o país hospedar força militar estrangeira de forma regular e a título permanente; (...). Por isso, a norma do Artigo IV, nº 2, do SOFA viola, frontalmente, o estatuído no artigo 11º, n.º 4, da Constituição da República”.*

Do elenco suprarreferido, apenas as mencionadas nas alíneas a), b), e) se podem considerar relevantes, já que o parecer sequer se refere às demais normas invocadas na petição inicial subscrita pelos deputados à Assembleia Nacional e reproduzidas nas restantes alíneas.

Ainda segundo a opinião do requerente, no momento em que redigiu o parecer foi confrontado com um esboço aparentemente zero que havia sido submetido pelos Estados Unidos da América e que em relação às três matérias recortadas, isto é, relativamente às imunidades de jurisdição do pessoal dos Estados Unidos da América, em relação ao exercício de poderes jurisdicionais e disciplinares em território nacional cabo-verdiano e em relação ao tratamento de demandas de particulares, tinha a seguinte configuração:

*“Artigo 3º (**“Estatutos dos funcionários dos Estados Unidos**):*

*1. Aos funcionários Americanos serão concedidos privilégios, isenções, e imunidades equivalentes aos dos funcionários administrativos e técnicos de uma missão diplomática, nos termos da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961;*

*2. O Governo de Cabo Verde reconhece a importância do controlo disciplinar das autoridades das Forças Armadas Americanas sobre os seus funcionários e, pelo que [destacada no original], autoriza o Governo dos Estados Unidos a exercer a jurisdição criminal sobre os funcionários Americanos enquanto estiverem na República de Cabo Verde” e **Artigo 10º (Reclamações): 1 (...)** 2. As reclamações feitas por terceiros de prejuízos ou perdas causados pelos funcionários dos Estados Unidos devem ser resolvidos pelo Governo dos Estados Unidos de acordo com as leis e regulamentos vigente[s] dos Estados Unidos”.*

*Considerando as imprecisões dessa tradução inicial, levou-se em consideração na análise que se lançou ao projeto de acordo, a seguinte versão em língua inglesa, a original: “**Article III (Status of United States Personnel):** United States personnel shall be accorded the privileges, exemptions, and immunities equivalent to those accorded to the administrative and technical staff of a diplomatic mission under the Vienna Convention on Diplomatic Relations of April 18, 1961; 2. The Government of Cape Verde recognizes the particular importance of disciplinary control by United States Armed Forces authorities over United States personnel and, therefore, authorizes the Government of the United States to exercise criminal jurisdiction over United States personnel while in Cape Verde”, e “**Article X (Claims): (...)** 2. Claims by third parties for damages or loss caused by United States personnel shall be*

*resolved by the United States Government in accordance with United States laws and regulations”.*

*As disposições que remetem a essa norma no tratado submetido a fiscalização estão longe de ser estas, pois o que aparece é uma segunda a qual: “1. Ao pessoal dos Estados Unidos são concedidos privilégios, isenções e imunidades equivalentes aos do pessoal administrativo e técnico de uma missão diplomática, nos termos da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 18 de Abril de 1961. 2. Cabo Verde reconhece a especial importância do controlo disciplinar exercido pelas autoridades das Forças Armadas dos Estados Unidos sobre o pessoal dos Estados Unidos e, em conformidade, autoriza os Estados Unidos a exercer jurisdição penal sobre o pessoal dos Estados Unidos durante a sua permanência no território da República de Cabo Verde. 3. Se Cabo Verde o solicitar, os Estados Unidos informarão Cabo Verde sobre o estado de quaisquer processos penais relativos a infracções alegadamente cometidas no território da República de Cabo Verde por pessoal dos Estados Unidos que envolvam cidadãos cabo-verdianos, incluindo sobre a decisão final das investigações ou da ação penal, em conformidade com a legislação e a política dos Estados Unidos. Se solicitado, os Estados Unidos envidarão esforços para permitir e facilitar a comparência e observação de representantes de Cabo Verde durante tais processos. 4. Os Estados Unidos envidarão esforços para facilitar a participação de vítimas e testemunhas cabo-verdianas em processos judiciais, conforme solicitado pelo tribunal, em conformidade com as leis e regulamentos dos Estados Unidos, incluindo o Código Uniforme de Justiça Militar e os regulamentos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos. 5. A bem da justiça, as Partes prestar-se-ão assistência mútua na investigação de incidentes, incluindo a recolha e apresentação de provas. Na investigação de infracções, as autoridades dos Estados Unidos terão em conta quaisquer relatórios de investigações realizadas pelas autoridades de Cabo Verde”.*

*E outra conforme a qual: “ARTIGO XII (Demandas) 1. As Partes renunciam a todas e quaisquer demandas entre si (exceto as resultantes de direitos contratuais) por danos, perda ou destruição de propriedade da outra Parte, ou por lesão ou morte de pessoal das forças armadas ou pessoal civil de qualquer das Partes, decorrentes do desempenho das suas funções oficiais no âmbito das atividades ao abrigo do presente Acordo. 2. As reclamações de terceiros por danos ou perdas, incluindo danos corporais ou morte, causados pelo pessoal dos Estados Unidos são resolvidas pelos Estados Unidos em conformidade com a legislação*

*e regulamentação vigentes no território dos Estados Unidos da América (nomeadamente, o Foreign Claims Act e o Victims' Rights and Restitution Act). Cabo Verde encorajará as vítimas a apresentarem tais reclamações às autoridades das forças dos Estados Unidos tempestivamente”.*

*B - Assim sendo, das três questões que se identificou supra é límpido que houve alterações que teriam de ser escrutinadas em qualquer ponderação que esta Corte lançasse sobre as normas. Em relação à questão das imunidades jurisdicionais, o enunciado normativo sobre o qual o parecer se pronunciou foi formulado em termos segundos os quais “Aos funcionários Americanos serão concedidos privilégios, isenções, e imunidades equivalentes aos dos funcionários administrativos e técnicos de uma missão diplomática, nos termos da Convenção de Viena sobre as Relações Diplomáticas, de 18 de Abril de 1961”, sendo que a atual não contém esta formulação tão enxuta por força do facto de se ter acrescentado os números 3 e 4 que não constavam da versão objeto do parecer.*

*Estes números integram segmento que, não obstante constarem de parágrafos diferentes, fazem parte do mesmo complexo normativo, pois estabelecem que:*

*“3. Se Cabo Verde o solicitar, os Estados Unidos informarão Cabo Verde sobre o estado de quaisquer processos penais relativos a infracções alegadamente cometidas no território da República de Cabo Verde por pessoal dos Estados Unidos que envolvam cidadãos cabo-verdianos, incluindo sobre a decisão final das investigações ou da ação penal, em conformidade com a legislação e a política dos Estados Unidos. Se solicitado, os Estados Unidos envidarão esforços para permitir e facilitar a comparência e observação de representantes de Cabo Verde durante tais processos. 4. Os Estados Unidos envidarão esforços para facilitar a participação de vítimas e testemunhas cabo-verdianas em processos judiciais, conforme solicitado pelo tribunal, em conformidade com as leis e regulamentos dos Estados Unidos, incluindo o Código Uniforme de Justiça Militar e os regulamentos do Departamento de Defesa dos Estados Unidos”. Parecendo mera perfumaria convencional, as adendas ao dispositivo não podem ser tidas por irrelevantes do ponto de vista constitucional, pois qualquer ponderação que se faça relativamente à compatibilidade com a Lei Fundamental da fórmula deverá considerar também as possibilidades de participação processual abertas pela disposição em causa, o que significa que não se estará, a rigor, a lidar com a mesma questão.*

*C – Por sua vez, no concernente às reclamações de particulares, a fórmula sobre a qual o parecer se pronunciou estabelecia que “2. As reclamações feitas por terceiros de prejuízos ou perdas causados pelos funcionários dos Estados Unidos devem ser resolvidos pelo Governo dos Estados Unidos de acordo com as leis e regulamentos vigente[s] dos Estados Unidos”, por sua vez, a atual dispõe mais do que isso, pois é construída em moldes segundo os quais, “As reclamações de terceiros por danos ou perdas, incluindo danos corporais ou morte, causados pelo pessoal dos Estados Unidos são resolvidas pelos Estados Unidos em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes no território dos Estados Unidos da América (nomeadamente, o Foreign Claims Act e o Victims’ Rights and Restitution Act). Cabo Verde encorajará as vítimas a apresentarem tais reclamações às autoridades das forças dos Estados Unidos tempestivamente”. Aplica-se, pois, o mesmo comentário que se reservou à questão anterior, pois insere-se num complexo normativo que era diferente em razão da construção jurídica distinta que presidiu à elaboração do parecer.*

*Não é desprovido assim de sentido que o Governo neste particular, quando confrontado com críticas da oposição de que não negociou o tratado, tendo-o ratificado sem promover qualquer alteração em relação à proposta dos Estados Unidos da América tenha negado categoricamente que isso era verdade. Outrossim, indicou que as normas sobre as quais pendiam dúvidas foram reapreciadas e alteradas. Em comunicado que emitiu a 10 de julho de 2018, pontuou que:*

*“não é verdade que – contrariamente a outros casos em que as contrapartes “impõem” mudanças à parte americana - o texto se manteve o mesmo desde o início das negociações. Primeiro, basta ver os outros SOFA para concluir que são basicamente iguais e correspondem a um padrão comum de todos os países que são chamados a projetar as suas tropas para países estrangeiros com o acordo destes. Segundo, o SOFA CV levou 8 anos a negociar arduamente e as negociações entraram em impasse quanto a 3 pontos: a imunidade de jurisdição penal; a pena de morte como barreira à extradição dos militares americanos para os EUA; e as reclamações de terceiros. O debate reiniciou-se em 2017, tendo o atual Governo conseguido: Temperar a imunidade de jurisdição com os n.ºs 3 e 5 art. III, partindo do princípio de que, para punir o crime eventualmente cometido pelo militar americano os tribunais americanos garantem com a sua efetividade, eficácia e independência um julgamento e sanção justos, importante sendo que a parte cabo-verdiana possa seguir as investigações e mesmo participar nelas, estar representado no julgamento, assegurar que*

*testemunhas cabo-verdianas estejam presentes (como CJMilitar americano permite) e facilitar que o lesado ou seus familiares estejam presentes com o Estado de Cabo Verde por detrás, envolvido na defesa dos seus cidadãos terceiros. Afastar a questão da extradição porque conceitualmente não há extradição nesse caso: ela “só pode ser usada se o crime extraditável tiver sido cometido no território do Estado requerente e não noutra circunstância”. Por “crime cometido no estrangeiro” é “completamente claro que o procedimento de extradição não é o próprio” para o propósito de o país de nacionalidade o punir; e Adaptar o art. XII/2, vinculando-o (como nos nºs 3 e 5 do art. III) a leis americanas claramente definidas e que são reconhecidamente boas em matéria de compensações para os interesses das partes cabo-verdianas afetadas” (Reproduzido no Expresso das Ilhas, n. 867, 11 de junho de 2018, p. 17).*

*D – Assim sendo, a única norma que, em termos estritos permaneceu intacta, e, na realidade, aquela a respeito da qual o parecer foi mais contundente concerne ao respeito ao exercício de poderes jurisdicionais por forças dos Estados Unidos em território nacional. Aqui, efetivamente, as fórmulas equivalem-se, pois constava da versão levada em consideração pelo parecer que “2. O Governo de Cabo Verde reconhece a importância do controlo disciplinar das autoridades das Forças Armadas Americanas sobre os seus funcionários e, pelo que [com esse destaque no original], autoriza o Governo dos Estados Unidos a exercer a jurisdição criminal sobre os funcionários Americanos enquanto estiverem na República de Cabo Verde” e continua com adaptações linguísticas inexpressivas quanto ao conteúdo normativo na versão assinada e publicada no Boletim Oficial que dispõe que “2. Cabo Verde reconhece a especial importância do controlo disciplinar exercido pelas autoridades das Forças Armadas dos Estados Unidos sobre o pessoal dos Estados Unidos e, em conformidade, autoriza os Estados Unidos a exercer jurisdição penal sobre o pessoal dos Estados Unidos durante a sua permanência no território da República de Cabo Verde.”*

Excetuando a questão relativa às imunidades jurisdicionais, afastamento da jurisdição de tribunais internos para lidar com reclamações de particulares e exercício de poderes jurisdicionais em território nacional, não é líquido que exista identidade entre duas das três matérias arroladas, a respeito das quais não se pode dizer que o parecer de alguma forma se tenha pronunciado sobre a sua inconstitucionalidade, nomeadamente as referentes às imunidades de jurisdição criminal do pessoal das forças dos Estados Unidos. Pelo que se conclui que, com exceção da questão já identificada, não existe identidade entre aquelas que

foram análises no parecer e as que se colocam nesse importante desafio de constitucionalidade. Mesmo em relação às imunidades jurisdicionais é duvidosa aplicabilidade do Código de Processo Civil, porquanto não se está perante uma questão indo-processual ordinária, mas perante um processo constitucional que se desenrola perante um tribunal especial.

12. Ainda sobre aplicabilidade do segmento da norma da alínea c) do artigo 115.º do CPC, importa referir que, no âmbito dos autos do recurso de amparo nº 2, *CIMA v. STJ*, o Presidente invocara o inciso suprarreferido como base para se declarar impedido de intervir naqueles autos, porque, na qualidade de Procurador-Geral da República Adjunto havia emitido um parecer.

De acordo com o despacho de 15 de março de 2018, entranhado nos autos suprarreferidos, o Presidente tinha-se declarado impedido porque entendia que: *“quem tenha dado parecer ou se tenha pronunciado num processo está impedido de intervir para decidir questão sobre que tenha dado parecer ou se tenha pronunciado, seja como juiz singular, seja como juiz integrante de um coletivo, independentemente do sentido do parecer”*.

É claro que essa decisão foi proferida num processo de cariz subjetivista que já corria os seus termos no Tribunal e no âmbito do qual não havia dúvida sobre a identidade entre a questão sobre a qual tinha emitido parecer e o objeto do processo sobre o qual tinha que se pronunciar, caso não tivesse declarado o seu impedimento.

Está claro que esse exemplo não pode servir de precedente para justificar o hipotético impedido do Juiz Conselheiro José Pina Delgado, porquanto este, em nenhum momento emitiu parecer nos autos, ou usando a palavra específica “no processo”, seja com objetivo de apresentar posição institucional, seja para preparar qualquer estratégia processual ou ainda para convencer o tribunal de sua justiça. Outrossim, tratava-se de um parecer extra-processual que se destinava a preparar uma negociação internacional, ainda na fase embrionária.

Portanto, é de se afastar a hipótese de se considerar que o Juiz José Pina Delgado está impedido de intervir no processo de fiscalização da constitucionalidade de certas normas do SOFA-EUA.

13. Compulsados os autos, verifica-se que **o presente incidente de pedido de escusa** foi apresentado por quem tem legitimidade, dentro do prazo legal e dirigido ao Presidente do



Tribunal Constitucional, a quem a lei confere a competência para o decidir, atento o disposto nos n.ºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 119.º do CPC.

Tendo considerado que nenhum dos motivos de suspeição previstos no artigo 120.º do CPC se lhe pode opor, o requerente formula o seu pedido de escusa com base, exclusivamente, no disposto no n.º 1 do artigo 119.º do CPC, como se pode ver a partir do trecho do pedido que se transcreve:

*“Assim sendo, restaria a figura prevista pela primeira parte do número 1 do artigo 119º do Código de Processo Civil segundo o qual o juiz poderia, por sua iniciativa, pedir escusa quando presentes “outras circunstâncias ponderosas, [em que] entenda que pode suspeitar-se da sua imparcialidade”, aplicável por força da remissão feita pela Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional e, por maioria de razão, perfeitamente ajustável à natureza do processo constitucional.*

*No caso concreto, não se pode afastar a situação de que a existência do parecer possa, de alguma forma, levar a que se suspeite da minha imparcialidade, justificando que lhe dirija este pedido de escusa.*

*Não porque me sinta pessoalmente numa situação em que não pudesse, em razão de parcialidade, analisar as alegações concretas feitas pelos recorrentes e as que eventualmente sejam trazidas ao conhecimento deste Tribunal pela entidade autora das normas impugnadas. Outrossim, como fica patente da exposição, não me parece que a posição adotada em contexto diferente, perante, na maior parte dos casos, normas com teor distinto, e argumentação plural a respeito da mesma matéria, ficasse condicionado num sentido ou no outro. Outrossim, faria o que todo o juiz constitucional faz, ou seja, analisaria com toda a abertura possível, os argumentos arrolados, testaria eventuais intuições primárias que tivesse, analisaria todos os elementos trazidos a juízo pelos intervenientes e os demais recolhidos pelo Tribunal e formularia uma posição a adotar em relação aos diversos quesitos decisórios.*

*Mas, por compreender que, considerando a discussão que se desenvolveu neste país e que daria como certa o meu impedimento – reitero, na minha opinião, resultado de uma interpretação imprecisa das exigências constitucionais e legais aplicáveis ao juiz constitucional em processos de fiscalização abstrata de normas -, e pela relativa juventude*

*desta Corte, ainda num momento de consolidação institucional, que a minha participação poderá criar alguma sensação de impropriedade.*

*Daí que, na qualidade de entidade decisória de primeiro grau e principal garante da imagem externa do Tribunal Constitucional, dirigindo-lhe nos termos da Lei este pedido de escusa particular, requerendo que, caso entenda que a minha participação poderá ter efeitos negativos sobre imagem de imparcialidade deste Tribunal ou que poderá ser utilizada por qualquer entidade ou setor social que ficar insatisfeita com qualquer resultado que decorre da minha posição, que me dispense de nele tomar parte.”*

14. O pedido de escusa, seja fundamentado em causas objetivas, seja em causas de pendor mais subjetivas, visa assegurar a confiança na imparcialidade do juiz, mas quando o Juiz escusante integra um Tribunal Coletivo como este, a suspeita de imparcialidade de um dos seus membros pode atingir o colégio na sua pluralidade.

Por isso, é de se apreciar este pedido com a mesma abertura com que têm sido analisados os anteriores, não obstante a sua particularidade. Nos anteriores incidentes chamou-se à colação o Acórdão do S.T.J de Portugal, de 10-10-2002, (Cfr. <http://www.stj.pt/index.php/jurisprudência/42213/basededados> ), o qual julgara procedente um pedido de escusa, com base na seguinte fundamentação:

*“ Importa visar de uma certa flexibilidade (ou de um menor rigorismo) sempre que se pondere sobre a razoabilidade de um pedido de escusa, uma vez que o Juízo a respeito dessa razoabilidade - ao invés do que sucede na recusa - implica, forçosa e fundamentalmente, com as inerentes dificuldades e delicadeza, a valoração de uma atitude subjectiva assumida pelo magistrado escusante, atitude esta cuja razão de ser é de custosa sindicância por parte de quem tenha de fazer aquela ponderação e emitir aquele juízo.*

*Assim sendo, torna-se óbvio que os elementos objectivos (probatórios da sentida necessidade do que se pede) hajam apenas de conter ou possuir um mínimo de relevância, o mínimo que baste à concessão da escusa:*

*O que, nesta perspectiva, se torna, pois, importante realçar é que o que, geralmente e por forma decisiva, avulta e deve prevalecer e contar, será justamente evitar-se que uma não concessão da escusa venha a radicar e gerar uma futura e eventual recusa, com todos os*

*inconvenientes que daí possam advir, quer para a imagem da Justiça, quer para o prestígio dos Tribunais.”*

Mas neste processo a apreciação do pedido não se afigura tão difícil como normalmente acontece em incidentes de escusa requeridos pelos Juízes, porquanto é o próprio requerente que afirma categoricamente que não tem dúvida sobre a sua imparcialidade e há razões de sobra para se conceder credibilidade à sua afirmação.

Com efeito, o facto de ter emitido parecer naquelas circunstâncias não o impede de formar livremente a sua convicção sobre a melhor decisão a tomar relativamente ao pedido formulado nos autos do processo de fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade daquelas normas do SOFA-EUA.

Ter sido autor daquele parecer não o inibe de analisar exaustivamente todos os argumentos arrolados, promover a requisição e careação para os autos de todos os elementos que considere pertinentes e imprescindíveis para a boa decisão, aliás, como tem feito em relação a todos os processos em que tem intervindo.

Apesar das suas firmes convicções demonstradas através de mui doutos votos que tem proferido, seja acompanhando a maioria, seja divergindo-se dela, através de declarações de voto de vencido, reconhece-se-lhe a abertura e a flexibilidade para, situações em que existam argumentos concretos formulados pelos requerentes e outros presentes na resposta do órgão produtor da norma, bem como as posições assumidas pelos seus pares, modere a sua posição, reconsidere interpretações que tenha feito, no sentido de criar pontes de entendimento e encontrar-se um denominador comum, a bem da justiça constitucional. Portanto, não é aceitável que, partindo do princípio de que uma posição assumida há mais de oito anos, num determinado contexto, impede um juiz de se sentir livre para emitir um voto que eventualmente não seja exatamente igual à opinião que emitiu há tanto tempo.

15. Esta é a quarta vez que o Venerando Juiz Conselheiro José Pina delgado pede que seja dispensado de intervir em processos, por entender que, por alguma razão, se possa suspeitar da sua imparcialidade.

Dos três anteriores, dois já foram decididos favoravelmente, porque se entendeu que a relação que o requerente mantinha com os intervenientes processuais era de molde a poder suspeitar-se da sua imparcialidade.

Fê-lo, pela primeira vez, no âmbito do recurso de amparo n.º 4/2016, cuja decisão se encontra publicada no Volume III da Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional, páginas 487-493, tendo fundamentado o pedido nos seguintes termos:

*1. Como consta dos autos fui, pela via legal do sorteio, incumbido de assumir a posição de relator do Recurso de Amparo Constitucional autuado sob o número 4/2016, em que é recorrente o Senhor José Pedro Neves e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça.*

*2. Ocorre que entendo enquadrar-me no segmento “outras circunstâncias ponderosas, [que] entenda que pode suspeitar-se da sua imparcialidade” previstas pelo artigo 119, n.º 1, do Código Processo Civil.*

*3. Isto porque, compulsados os autos, verifico que é parte do processo principal, a Firma Manuel Gomes dos Anjos e Filhos Lda. Trabalha nesta pessoa coletiva a minha irmã Emilianita do Nascimento Delgado e, como pude constatar da leitura dos autos do processo principal, o período coberto em largos momentos do processo se reporta a momento no qual a referida empresa fazia parte de um grupo liderado pelo Senhor Mário Gomes dos Anjos pessoa de convívio muito próximo da minha família desde a minha mais tenra idade, o que, em conjunto, poderia levar a que se viesse a suspeitar da imparcialidade com a qual, em particular na minha qualidade de relator, encaminharia o processo e me posicionaria perante o mérito da questão.*

*4. Assim sendo, por aplicação dos artigos 119 e 124 do Código de Processo Civil, aplicável, com as devidas adaptações, ex vi o artigo 1.º da Lei do Amparo e do Habeas Data, peço que se me dispense de intervir nesta fase do processo.”*

Antes que o pedido tenha sido apreciado, o requerente apercebeu-se que, por lapso, a informação sobre Emilianita Nascimento Delgado que constava do requerimento não era exata. Por isso, fez entranhar, a fls. 105 daqueles autos, a seguinte retificação: “*Trata-se, em concreto, do trecho que se refere a Emilianita Nascimento Delgado como minha irmã, pois faltou incluir a expressão “de criação”, atendendo que, sem embargo de termos sido criados juntos na casa dos meus pais, nesta cidade da Praia-, de ela ainda residir em parte do ano na minha residência, e de tratarmos-nos socialmente como se germanos fossemos, somos primeiros primos, partilhando com ela os meus avós paternos.*”

Analizados os autos, deu-se como assente que existia um convívio muito próximo entre o requerente e Senhor Mário Gomes dos Anjos, pessoa responsável pela Firma Manuel Gomes dos Anjos Lda., empresa que, durante largos momentos referidos no processo, fazia parte de um grupo liderado pelo referido Mário Gomes dos Anjos.

Considerou-se, então, que o facto de Emiliania do Nascimento Delgado ser irmã de criação do requerente e trabalhar nessa Firma reforçava a relação existente entre o requerente e o responsável pela Firma, que é parte no processo principal.

Tudo isso concorreu para que a intervenção do requerente naqueles autos pudesse gerar suspeita sobre a sua imparcialidade.

O segundo pedido fora apresentado nos autos de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade n.º 3/2015, em que era recorrente a SIMÓVEL, S.A., e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça, cuja decisão ainda aguarda a publicação na Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional, tendo fundamentado o pedido nos seguintes termos:

1. *“Como consta dos autos fui, pela via legal do sorteio, incumbido de assumir a posição de relator do Recurso de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade autuado sob o número 3/2015, em que é recorrente a empresa Imóvel SA e recorrido o Supremo Tribunal de Justiça.*
2. *Entretanto, vim, mais recentemente, a confirmar que a SITA SA, empresa de que sou acionista (anexo1), tem uma participação de 100% no capital da recorrente como decorre dos documentos referentes ao relatório anual de contas de 2016 dessa empresa (anexo 2).*
3. *A dita empresa tem, ademais, distribuído de forma consistente dividendos aos sócios, naturalmente beneficiando-me financeiramente (anexo 3), o que gera, no mínimo, uma aparência de impropriedade o facto de um juiz da mais alta corte nacional poder em tese tirar partido de uma decisão de que participa, ainda que, de forma indireta, posto tratar-se de uma empresa de que é sócio, e negativa, considerando que dela poderia decorrer a reversão da aplicação de duas coimas de valor de 50.000CVE, perfazendo um total de 100.000CVE, o qual, ainda que não seja montante elevado, é simbolicamente o suficiente para que tal percepção e consequências se possam materializar.*

4. Sendo assim, não haverá dúvida que haverá algum interesse jurídico, objetivamente considerado, do escusante em que a causa seja decidida num sentido favorável à recorrente, o que faz recair a situação debaixo do âmbito de aplicação da alínea d) do número 1 do artigo 120 do Código de Processo Civil, conforme o qual "As partes só podem opor suspeição ao juiz nos casos seguintes: se o juiz ou o seu cônjuge ou equiparado (...) tiver interesse jurídico em que a decisão do pleito seja favorável a uma das partes".

5. Mesmo se tal base especial não existisse, a situação enquadrar-se-ia no segmento "outras circunstâncias ponderosas, [que] entenda que pode suspeitar-se da sua imparcialidade" previsto pelo artigo 119, nº. 1, do Código de Processo Civil, aplicável igualmente por força da remissão feita pela Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional.

6. Assim, ciente das dificuldades que isso colocará ao Tribunal para cumprir as suas atribuições constitucionais e legais, posto que, uma rápida análise dos autos (ff. 25/26) , permite verificar que V. Excia por ter parecer nos mesmos, já se havia declarado impedido, e ser incerto que, neste momento, o regime de substituição previsto na lei, consiga cobrir esta situação, dada à minha percepção de haver impropriedade, se não causa de escusa, consultei o meu antigo assessor, Dr. António Andrade, na tentativa de obter uma apreciação externa (anexo 4) e evitar igualmente que qualquer excesso de sensibilidade e zelo pessoais determinassem a minha própria interpretação a respeito da aplicabilidade dos dispositivos citados; ele, de forma livre, entendeu recomendar-me um pedido de escusa."

7. Parecendo-se, de facto, não haver outra solução que preserve tanto a percepção de isenção do julgador, como de imparcialidade do Tribunal, por aplicação da alínea d) do número 1 do artigo 120 e do artigo 124 do Código de Processo Civil, convocáveis, com as devidas adaptações, ex vi o artigo 50 da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, peço escusa deste processo."

16. Apreciado o pedido, considerou-se que, de facto, a referida empresa vinha distribuído de forma consistente dividendos aos sócios, beneficiando financeiramente o requerente, o que podia gerar uma aparência de impropriedade, dado o facto de um juiz da mais alta Corte nacional poder ter algum interesse na decisão do processo e tirar proveito de uma decisão, que sendo favorável à empresa de que é socio, seria também indiretamente beneficiado. Pois,

entendeu-se que uma decisão favorável poderia determinar a reversão da aplicação de duas coimas de valor de 50.000CVE, perfazendo um total de 100.000CVE, o qual, ainda que não seja montante elevado, seria simbolicamente o suficiente para que tal percepção e consequências se pudessem materializar. Tudo isso concorreu para que a intervenção do requerente naqueles autos pudesse gerar suspeita sobre a sua imparcialidade.

Note-se que, em ambos os casos em que se decidiu pela procedência dos pedidos, tratava-se de processos com um forte pendor subjetivista, em que havia realmente razões ponderosas que podiam levar a que se levantassem suspeitas sobre a imparcialidade do referido juiz conselheiro, na medida em que este poderia ter interesse ainda que indireto na decisão. Mas, não é, seguramente, o que se passa em relação à fiscalização abstrata sucessiva ora solicitada, como abundantemente ficou demonstrado neste despacho.

A partir desses dois exemplos, dificilmente se pode duvidar da imparcialidade do requerente. O venerando Juiz Conselheiro José Pina Delgado quando está convicto de que a sua intervenção processual possa dar azo a suspeição sobre a sua imparcialidade, não hesita em formular pedido de escusa.

17. O motivo que esteve na base deste pedido de escusa é a preocupação com a salvaguarda da imagem do Tribunal Constitucional, como se pode constatar pela transcrição do seguinte excerto do pedido:

*Mas, por compreender que, considerando a discussão que se desenvolveu neste país e que daria como certa o meu impedimento – reitero, na minha opinião, resultado de uma interpretação imprecisa das exigências constitucionais e legais aplicáveis ao juiz constitucional em processos de fiscalização abstrata de normas -, e pela relativa juventude desta Corte, ainda num momento de consolidação institucional, que a minha participação poderá criar alguma sensação de impropriedade.*

18. Ao mesmo tempo que se elogia a atitude do requerente em proteger a imagem do Tribunal, deve-se consignar que a participação dele no processo decisório não pode ter efeitos negativos sobre a imagem de imparcialidade deste Tribunal. Muito provavelmente, o que poderia causar prejuízo incomensurável para a imagem do Tribunal seria uma hipotética dispensa de intervenção do peticionário. Na verdade, uma eventual impossibilidade da sua intervenção traduzir-se-ia num adiamento *sine die* da tomada de decisão, por falta de *quórum*, num

processo extremamente importante. Por outro lado, uma eventual dispensa de intervenção do requerente criaria um precedente que poderia levar ao bloqueio do Tribunal Constitucional.

### **III - Decisão**

Nestes termos, considero que o facto de o Venerando Juiz Conselheiro José Pina Delgado, em 8 de julho de 2011, muito antes de ter tomado posse como Juiz Conselheiro do Tribunal Constitucional, mediante pedido do então Ministério da Defesa Nacional, ter apreciado, na qualidade de Consultor remunerado, sob um prisma jurídico-internacional e jurídico-constitucional, um esboço de um acordo que Cabo Verde pretendia celebrar com os Estados Unidos da América, não constitui impedimento nem tão-pouco motivo para ser dispensado de intervir no processo de fiscalização abstrata sucessiva de constitucionalidade n.º 3/2018 (SOFA-EUA).

Notifique-se.

Praia, 31 de maio de 2019

O Presidente,

*João Pinto Semedo*

**ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, na Praia, aos 04 de junho de 2019.

O Secretário do TC,

*João Borges*